

Análise institucional: relato de uma experiência com jovens

Institutional analysis: report of an experience with youngsters

Sonia Regina Vargas Mansano*

RESUMO

O presente artigo busca relatar um projeto de Extensão Universitária da Universidade Estadual de Londrina (PR), realizado em uma instituição escolar profissionalizante para menores. A intervenção teve a duração de três anos, período no qual foram atendidos seis grupos. Focalizaremos aqui a experiência vivida em um dos grupos que construiu uma trajetória singular, na qual os jovens puderam experimentar sua potência de argumentação, por meio de negociações, confrontos e alianças.

Palavras-chave: Análise institucional; Relações de poder; Grupos.

O presente trabalho foi realizado em uma instituição de ensino profissionalizante para menores carentes em situação de risco da cidade de Londrina (PR). Trata-se de uma instituição religiosa, ligada à Igreja Católica, que atende a aproximadamente setecentos jovens, com idade variando entre treze e dezessete anos, por meio dos seguintes cursos: auxiliar de escritório, corte e costura, artes gráficas e marcenaria.

Este trabalho fez parte de um projeto de extensão universitária denominado Programa de Intervenção Psicossocial, ligado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. O objetivo do projeto era levar a jovens de uma classe socioeconômica menos favorecida a prática grupal na perspectiva da Análise Institucional.

O contato inicial com a escola foi feito aproximadamente oito meses antes da formação dos grupos com os jovens. Nesse tempo foram realizadas conversas e nego-

* Mestre e doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC/SP, docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: mansano@uel.br.

ciações com a equipe dirigente, por meio das quais pudemos conhecer parte dos valores e da organização dessa instituição. Durante o período de negociações, procuramos explicitar ao coordenador pedagógico e à assistente social da escola o referencial teórico que utilizamos em nosso trabalho, a saber, a Análise Institucional, e discutimos com eles as implicações desse tipo de intervenção.

A Análise Institucional é composta por um corpo teórico bastante diversificado. Segundo Baremlitt (1996), podemos considerá-la muito mais como um movimento institucionalista do que como uma teoria, visto que ela visa “propiciar, apoiar, deflagrar nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas, *processos de auto-análise e processos de autogestão*”.

A organização da vida em sociedade é produto da invenção humana e, como tal, está em constante movimento de construção e desconstrução, num devir que não cessa de ser produzido. Na tentativa de garantir certa estabilidade para a organização social, algumas dessas produções tornam-se extremamente cristalizadas. Baremlitt (1996) denomina esta cristalização como “instituído” que serve para regular as atividades humanas, essenciais para à vida em sociedade.

Conjuntamente a esta dimensão instituída, o movimento de criação continua existindo, sendo então denominado como “instituinte”, ou seja, uma abertura para a experimentação do novo e para o questionamento das regras que estão em funcionamento. É do enfrentamento entre o que se encontra instituído e os movimentos instituintes que as transformações sociais vão se efetuando.

Todo grupo social, na medida em que participa desta construção, é portador de um saber sobre o cotidiano da instituição. Assim, valendo-se dos processos de auto-análise e autogestão, os agentes sociais que ajudam a compor as instituições, como protagonistas de sua história, são capazes de construir um saber acerca de suas condições de vida.

Certamente isso não é tarefa fácil, na medida em que envolve sempre uma construção coletiva. Baremlitt (1996) nos mostra ainda que:

Não há nada que seja mais temido e mais odiado pelo sistema social, porque os movimentos instituintes têm esse intuito: que os coletivos presidam a definição de problema, a oferta de soluções, a colocação dos limites do que é possível e do que é impossível, o que normalmente é feito pelas instituições, organizações e saberes dominantes.

Acolher a dimensão transformadora da vida em sociedade é a proposta da Análise Institucional, que busca resgatar a dimensão política da participação dos sujeitos e dos grupos na construção de sua realidade social. Portanto, este referencial teórico prioriza a construção de um posicionamento político daqueles que estão diretamente envolvidos com o cotidiano das instituições.

Nesta perspectiva política de intervenção é que iniciamos nosso trabalho junto

à escola. Assim, nossa primeira ação foi no sentido de definir, juntamente com a equipe dirigente, uma maneira de construir os grupos de trabalho com os jovens, na qual estes também pudessem participar das decisões.

Elaboramos então uma metodologia por meio da qual seria realizada uma divulgação na instituição sobre o trabalho com a Psicologia, bem como os horários em que os encontros aconteceriam, de maneira que os jovens poderiam se inscrever, conforme seu interesse, mantendo assim uma posição ativa frente a seu desejo de participar ou não.

Iniciando o ano letivo de 2001, os grupos foram divulgados e formados de acordo com o interesse e a disponibilidade dos jovens. Como resultado deste trabalho, tivemos a consolidação de seis grupos, que funcionaram nos anos letivos de 2001 a 2003, atendendo a aproximadamente noventa jovens. Cada grupo construiu uma maneira singular de relação, trilhando caminhos diferentes em suas discussões e estabelecimento de vínculo. Além do trabalho com os jovens, eram realizadas supervisões semanais, com a participação dos supervisores e dos estagiários, nas quais eram discutidos e analisados os conteúdos que emergiam nas sessões.

Para demonstrar como aconteceu o trabalho nas sessões, passaremos a relatar aqui os resultados obtidos em um dos grupos com jovens que teve como tema “Debatendo a escolha profissional”. Neste, foram realizadas vinte e oito sessões, durante o ano letivo de 2002. Os encontros aconteceram semanalmente, tendo uma hora de duração, e contaram com a participação de quinze jovens, um docente e uma estagiária do projeto.

Nos primeiros encontros foi estabelecido com os participantes um contrato de trabalho por meio do qual procuramos deixar claro que aquele era um espaço de conversa, no qual discutiríamos os assuntos referentes às profissões que o grupo desejasse, e que caberia a cada um dos integrantes ajudar a construir a dinâmica das discussões que ali faríamos.

Portanto, não estávamos ali para dar aulas; os temas a serem discutidos deveriam ser trazidos pelos participantes, promovendo-se assim um espaço para a efetivação da autogestão. Sendo este um momento em que seria possível falar sobre questões pessoais, firmamos também um contrato em função do qual contávamos com o sigilo de todos sobre os assuntos ali tratados. O grupo concordou prontamente.

O espaço de fala foi construído desde as primeiras sessões. No início era muito comum os jovens nos tratarem como professores e por vezes apresentarem a expectativa de que estávamos ali para dar aulas (ou broncas). Entendemos que este tratamento por parte dos jovens refletia a dimensão instituída dos papéis sociais presentes naquela instituição, em que o professor detém o saber, enquanto os alunos devem ouvi-lo e aprender com ele.

Em certa medida, essa atitude evidenciava a desqualificação que o grupo operava sobre si. Esta tendência de considerar o grupo como uma sala de aula foi trabalhada

em supervisão e com os próprios jovens, sendo que, com o passar do tempo, a relação ali estabelecida foi tomando uma dinâmica diferente.

Como todos os integrantes se inscreveram por iniciativa própria neste grupo que se propunha a discutir as questões ligadas à profissão, tínhamos uma expectativa de que isso de fato acontecesse. Porém, na medida em que se apropriou desse espaço, o grupo tomou outros caminhos e apenas ocasionalmente se mostrava disposto a falar sobre esse tema, sendo que em alguns encontros o assunto não era sequer mencionado.

Assim, pudemos perceber que o grupo se constituía como “grupo de discussão”, por meio de uma dinâmica singular na qual existia uma tensão permanente entre o instituído (falar sobre as profissões, porque a “aula” existia para isso) e o instituinte (falar sobre aquilo que era mais relevante no momento e que não necessariamente passava pela profissão). A mobilidade entre instituinte e instituído, característica da vida em sociedade, ajudava a compor também a dinâmica deste grupo de trabalho, que aos poucos exercitava sua autonomia em relação a esses papéis sociais.

Nos momentos em que os participantes conseguiam se descolar do modelo instituído nas relações estabelecidas em sala de aula, com os papéis de professor que ensina e de aluno que aprende, puderam aos poucos fazer do grupo um espaço de discussão e experimentação, no qual as questões que lhes eram relevantes emergiam de tal maneira que o tema inicial pudesse ser revisto, transformado e, por vezes, abandonado. Reconhecemos nesta mudança de tema uma potência exercida pelo grupo para dar uma direção diferente às discussões.

No decorrer das sessões emergiam os mais diferentes assuntos, que passavam pela sexualidade, violência, cidadania, direitos humanos, prostituição, política e a vida dentro da instituição, sendo que as discussões eram intercaladas com períodos de brincadeiras. Pudemos perceber então que era possível àqueles jovens falar das profissões desde que pudessem transitar entre as múltiplas experiências vividas no cotidiano e que lhes eram significativas. Experiências estas que muitas vezes estavam fora do contexto profissional, mas que, ao mesmo tempo, guardavam certa relação de vizinhança com ele.

Conforme o grupo foi construindo um vínculo de confiança, começaram a surgir relatos de experiências pessoais, que eram compartilhados por outros membros. Na medida que os relatos envolviam experiências mais delicadas, como aquelas ligadas a violência familiar, criava-se no grupo um espaço de escuta e acolhimento àquilo que o colega relatava, seguido de questionamentos e de manifestações de apoio.

Os relatos faziam emergir no grupo as mais diversas associações. Alguns participantes colocavam-se no lugar do relator para dizer como agiriam caso vivessem uma situação similar, criando um debate múltiplo e reflexivo. Nesses momentos, as brincadeiras, que eram muito presentes, deixavam de acontecer, e a atenção era totalmente voltada para a análise conjunta da experiência relatada.

Assim, intercalando momentos de angústia com momentos de brincadeiras e “descontração”, este grupo foi criando uma cartografia¹ na qual os mais diferentes afetos podiam ser vividos. Experimentando a possibilidade de tomar a frente do grupo para dirigir a discussão, cada membro foi se potencializando no sentido de expor suas idéias, valores e experiências, mesmo que estas não fossem compartilhadas pelos demais. No decorrer das sessões pudemos perceber o quanto as diferenças puderam ser experimentadas e questionadas.

Com esse breve relato, entendemos que o objetivo de uma intervenção em Análise Institucional consiste em suscitar o aparecimento dos conflitos e contradições existentes no interior das instituições e dos grupos sociais, o que acontece mediante o questionamento das relações de poder e da consulta permanente sobre os caminhos que o grupo deseja trilhar.

Assim, cada participante é convocado a atuar na criação da trajetória a ser seguida pelo grupo, sendo que esse processo abre espaço para os mais diferentes exercícios: consenso, disputas, discussões, dispersão, julgamentos e enfrentamentos. Viver essa multiplicidade de experiências é, no nosso entendimento, condição necessária para a construção da cidadania e da participação social.

A conclusão a que chegamos com esse projeto de extensão é que a cisão entre teoria e prática, tão presente em nosso universo acadêmico, cai por terra na medida em que tomamos um contato mais efetivo com os grupos sociais. As diferentes realidades sociais são criadas por sujeitos, e estes sabem muito bem falar por si, mesmo que para isso tenham que superar algumas barreiras hierárquicas construídas no decorrer da história e que, de certa maneira, contribuíam para desqualificar esta fala. Sobre isso Foucault (1979) que nos alerta:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida, esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente, em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder.

Por fim, cabe considerar que a desqualificação dos saberes e dos discursos encontra-se presente num conjunto extenso de instituições e se difunde a partir daí para o cotidiano da vida em sociedade. É desta forma que podemos entrever, na sociedade contemporânea, a produção em massa do indivíduo despotencializado, sujeitado a normas e regras que não ajudou a construir, tornando-se, por vezes, um defensor ardoroso das mesmas. A experiência vivida neste grupo pode ser considerada como uma

¹ Conceito utilizado por Félix Guattari para mostrar que a construção da subjetividade e, portanto, das relações sociais acontece de forma dinâmica e criadora.

pequena parcela, a mais visível porque mais localizada, dos efeitos de ruptura e de transformação que podem ser efetuados no cotidiano da vida em sociedade.

ABSTRACT

This is a report of a project sponsored by the Londrina (Paraná) State University Extension Program, carried out in a technical school for adolescents. The intervention lasted three years during which six groups. We will focus the experience of one of the groups that built a special pathway through which the adolescents were able to contact their arguing power through negotiations, confrontations and alliances.

Key words: Institutional analysis; Power relations; Groups.

Referências

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.